



# REGRESSO E DESMOBILIZAÇÃO DA FEB: PROBLEMAS E CONSEQUÊNCIAS

João Felipe Sampaio Barbosa

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é examinar os problemas de correntes do regresso e desmobilização da FEB, e suas consequências. O regresso da Força Expedicionária Brasileira teve início em 6 de julho de 1945, quando partiram da Itália o Gen Mascarenhas de Moraes, Comandante da Força, e o 1º Escalão de Embaqué.

A posição ideológica da FEB, inspirada nos ideais democráticos pelos quais lutara na Itália, era colidente com a ditadura que fora estabelecida no País, em 1937, com o apoio do Exército. O governo totalitário de Getúlio Vargas, temendo uma intervenção dos chefes expedicionários que regressavam, decidiu dissolver a FEB. A 6

de julho de 1945, o Ministro da Guerra, Gen Eurico Gaspar Dutra, decretou a dissolução da FEB, através do Aviso Nr 217.185.

A falta de um planejamento a nível de governo e a pressa com que se providenciou o licenciamento dos efetivos, o desmembramento das Unidades e a extinção dos órgãos divisionários foram as causas dos problemas surgidos na época, cujos reflexos se fizeram sentir nas expressões do Poder Nacional, particularmente nos campos político, psicossocial e militar.

## PREPARATIVOS PARA O REGRESSO

A 8 de maio de 1945 renderam-se, incondicionalmente, todas as forças alemãs presentes no conti-

nente europeu. Cessadas as hostilidades militares, iniciaram-se os preparativos para o regresso da FEB ao Brasil. No dia 11 de maio de 1945, eram expedidos os rádios Nr 187 e Nr 188 do Ministro da Guerra, Gen Eurico Gaspar Dutra, endereçados ao Comandante do 1º Escalão da FEB, Gen Mascarenhas de Moraes, estabelecendo as diretrizes para o planejamento do retorno das unidades e constituição de uma guarda permanente dos cemitérios brasileiros na Itália.

Autorizado pelo Ministro da Guerra, através do rádio Nr 188, o Gen Mascarenhas constituiu um Destacamento Precursor com a missão de preparar a instalação das unidades no Brasil. A chefia do Destacamento coube ao Coronel Floriano de Lima Brayner, Chefe do Estado-Maior da Divisão. Para sua composição foram designados representantes das unidades, dos serviços e oficiais do EM. No dia 28 de maio o Destacamento partiu de Nápoles, e, no Brasil, iniciou o cumprimento de sua missão, em ligação com o Estado-Maior da FEB no Interior (E.M./F.E.B./I), sob a chefia do Gen Anor Teixeira dos Santos, cabendo-lhe as seguintes tarefas referentes à recepção do 1º Escalão da FEB:

Pessoal:

- Dia e hora da chegada ao Rio de Janeiro e desembarque;
- Aquartelamento da tropa;
- Licenciamento;
- Pagamentos diversos;
- Destino ulterior das tropas chegadas ao Rio de Janeiro;

— Transporte e alimentação da tropa.

Material:

- Desembarque e recebimento;
- Localização e depósito;
- Destino ulterior do material da 1ª DIE.

Diversos:

- Homenagens;
- Desfile e estacionamento.<sup>1</sup>

No período de 3 a 20 de junho de 1945, finda a ocupação militar de Alessandria e Piacenza, a 1ª DIE, por ordem do V Exército, deslocou-se para o sul da Itália e estacionou em Francolise, próximo do porto de Nápoles, onde aguardou o dia do embarque. Todas as providências, como a preparação da área de estacionamento, previsão de utilização dos diversos meios de transporte até a referida área e daí ao porto de Nápoles, couberam à 4ª Seção da Divisão que contou com o 9º BECmb e estacionadores das unidades como tropa executante das diversas tarefas.

O plano inicialmente elaborado pela 4ª Seção previa a utilização dos próprios meios da 1ª DIE para a concentração em Francolise. Entretanto, fez-se necessária uma mudança no planejamento, pois grande parte das viaturas da Divisão Brasileira foi requisitada pela Seção Base Peninsular (PBS), órgão da cadeia de apoio administrativo do Sistema norte-americano. As unidades da Divisão tiveram que utilizar variados meios de

<sup>1</sup> Relatório da FEB — Arquivo do Exército.

transporte, o que acarretou problemas de perda de material, roubos generalizados e atrasos na entrega dos equipamentos. O 1º RI, por exemplo, foi obrigado a consumir ração C durante três dias, em razão do não recebimento de suas cozinhas.

A área de estacionamento não agradou à tropa e dificultou os trabalhos de manutenção, por se tratar de uma região poeirenta, ensolarada e inconfortável.<sup>2</sup>

Em Francolise foram recolhidos, manutenidos e reacondicionados para embarque os armamentos, viaturas e equipamentos. No dia 3 de julho de 1945, com a finalidade de regular o comando, deslocamento e reagrupamento da tropa no Brasil, foi expedida uma Diretoria Geral, publicada no Boletim Interno Nr 178 da 1ª DIE, constituindo os escalões de embarque.

Foi desta forma planejado o regresso da FEB, dentro do justo critério que, em primeiro lugar, deveria partir a tropa que se encontrasse há mais tempo no TO.

## REGRESSO AO BRASIL

No dia 6 de julho de 1945 regressa o Gen Mascarenhas, acompanhado do Tenente Coronel Castello Branco e de mais três oficiais de seu EM, tendo chegado ao Rio de Janeiro em 11 de julho, depois de uma parada de 3 dias no Recife. Nesta mesma data retorna

também por via marítima, a bordo do transporte norte-americano *Gen Meigs*, o 1º Escalão de Embarque, comandado pelo Gen Zenóbio da Costa.

Todos os embarques foram efetuados na melhor ordem e as viagens transcorreram sem incidentes e dentro de um clima festivo e disciplinado. As relações dos embarcados eram, com a devida antecedência, enviadas ao Brasil, a fim de que aqui fosse preparada a recepção e tomadas as necessárias providências.

No dia 13 de outubro de 1945 retornou o último Comandante do Grupamento Itália, Gen Olympio Falconiére, permanecendo em Pistóia a guarda do cemitério militar brasileiro, constituída de dois oficiais e oito praças.

A proporção que chegavam ao Rio de Janeiro, as unidades da 1ª DIE eram calorosamente recepcionadas pelo povo. O 1º Escalão, sob comando do Gen Zenóbio, desfilou garbosamente na Av. Rio Branco, sob aplausos da multidão que manifestava, com entusiasmo, o seu reconhecimento aos feitos da FEB e ao valor do combatente, à sua capacidade de vitalizar-se e revigorar-se no longo convívio com a dor e a morte, em campos de batalha.

O repatriamento dos mortos, do cemitério de Pistóia concretizou-se em 22 de dezembro de 1960, quando as urnas dos expedicionários foram transladadas da Itália para o Brasil e depositadas na cripta do Monumento dos Mortos na Segunda Guerra Mundial, no Parque do Flamengo, Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> *O Brasil na II Grande Guerra* — Ten Cel Manoel Thomaz Castello Branco — páginas 491 e 492.

## DESMOBILIZAÇÃO DA FEB

Terminado o conflito armado, ou mesmo na iminência deste fato, é necessário reconverter o país a uma nova estrutura de paz, de forma gradativa e sem perturbações para a vida nacional. No período de 1942 a 1944, os Estados Unidos, nosso maior aliado durante o conflito, nos davam um exemplo da importância que se deve emprestar à desmobilização a partir do prenúncio do término da guerra, adotando entre outras medidas: julho de 1943 — Solicitação Presidencial sobre Reajustamento dos Desmobilizados; dezembro de 1943 — Primeiro corte no programa de produção do país; janeiro de 1944 — Mensagem Presidencial abordando os pormenores da reconversão do país à situação de normalidade.

Em abril de 1945, o Departamento de Guerra dos EUA opinava, através de documento secreto, sobre a inconveniência da imediata desmobilização da FEB após seu retorno ao Brasil, por considerar de grande valor a Divisão brasileira, como núcleo de treinamento de outros elementos do Exército.<sup>3</sup>

Em maio de 1945, o Estado-Maior da FEB no Interior elaborou uma Proposta de Instrução para a Desmobilização das Unidades da FEB. Da análise deste documento depreende-se que havia uma nítida preocupação em

açodar a dissolução da FEB, sem considerar aspectos da reconversão, julgados relevantes em sua definição, tais como: amparo aos ex-combatentes e readaptação do homem à vida civil.

Através do Aviso Nr 217.185, de 6 de julho de 1945, data em que partiam de Nápoles o Gen Mascarenhas e o 1º Escalão de Embarque com destino ao Brasil, o Ministro da Guerra dissolveu a FEB, determinando que:

"1. As Unidades do 1º Escalão da FEB — cuja denominação passa a ser, simplesmente, FEB — à medida que chegarem a esta Capital, como norma, serão consideradas excluídas da referida força, ficando, em consequência, até que lhes seja dado destino definitivo, automaticamente subordinadas ao Comando da 1ª Região Militar, para fins administrativos e disciplinares, ressalvados aqueles que, por sua natureza, incumbam ao Comando da FEB, por se relacionarem com a regularização de medidas e encargos anteriores, de sua competência.

2. Os efetivos dos Quartéis-Gerais da FEB e da I DI/E, serão reduzidos ao mínimo indispensável para o desempenho das atribuições que lhes couberem, conforme proposta dos respectivos Comandos após sua chegada.

3. No que respeita à elaboração dos relatórios e históricos de operações, à organização dos arquivos e, ainda, às medidas complementares decorrentes de suas incumbências anteriores, permanecerão as unidades da FEB na dependência do Comando desta.

<sup>3</sup> Documento existente no livro "Meio Século de Combate" — Editora Nova Fronteira — 1981. Rio de Janeiro.

4. As questões referentes ao licenciamento de oficiais da reserva e das praças, assim como as relativas a vencimentos no exterior, incluídos os assuntos correlatos, até nova ordem, continuaram a ser tratados por intermédio do EM/FEB/I conforme as disposições em vigor.

Os assuntos condizentes aos elementos da FEB (pessoal e material), como o têm sido os relativos ao 1º Escalão de Transportes, permanecerão a cargo do EM/FEB/I que, para tal, manterá ligação com o Comando da FEB.

5. O Comando da FEB, após sua chegada e enquanto subsistir, continuará na dependência do Ministério da Guerra".

No Relatório da FEB o Gen Mascarenhas refere-se ao citado Aviso como "uma ordem dada em ocasião oportuna, visando à dissolução gradativa da FEB".<sup>4</sup>

Esta dissolução, entretanto, não seria gradual, pois no prazo de 15 dias licenciaram-se os efetivos até o nível de paz.<sup>5</sup> A desmobilização consistiu no imediato desmembramento da Divisão, no retorno das Unidades aos seus respectivos quartéis e extinção dos demais órgãos divisionários. O 11º RI, por exemplo, desembarcou no dia 17 de setembro de 1945, indo para o seu antigo estacionamento na Vila Militar, Rio de Janeiro. No dia 3

de outubro, após ter licenciado quase todo seu efetivo, deslocou-se para sua sede, na Cidade de São João Del Rei, onde aquartelou.

Realmente, seria difícil ao Gen Mascarenhas avaliar o processo de desmobilização da FEB, pois no mesmo Relatório consta: "A desincorporação, a adaptação de algumas Unidades a novas finalidades, as transferências de sede se processaram já na subordinação de autoridades outras, que não o Comandante da Força Expedicionária Brasileira."<sup>6</sup>

## CONSEQÜÊNCIAS DO REGRESSO E DESMOBILIZAÇÃO DA FEB

O regresso da FEB e a inexistência de um plano destinado a reconverter, de modo progressivo, as forças materiais e morais da Divisão brasileira à nova situação de paz acarretaram problemas, cujos reflexos se fazem sentir até os dias atuais.

Apreciaremos estes problemas e suas conseqüências nos diversos campos do poder.

### CAMPO POLÍTICO

#### Política interna

Em novembro de 1937, em plena campanha eleitoral para a sucessão da Presidência da República, Getúlio Vargas, com o apoio do Exército, desfechou um Golpe de Estado, que implantou no País

<sup>4</sup> Relatório da FEB – Arquivo do Exército.

<sup>5</sup> Portaria Ministerial Nr 8458, de 7 de julho de 1945, regula o licenciamento dos oficiais da reserva convocados e das praças, pertencentes aos corpos integrantes da FEB.

<sup>6</sup> Relatório da FEB – Arquivo do Exército.

um Regime Totalitário de Governo: era o nascimento do Estado Novo.

Como sustentar este regime dentro das fronteiras do Brasil, se na Europa parte do Exército saíra-se vitorioso no combate pelos ideais democráticos? Esta era uma dúvida que por certo atormentava as lideranças que detinham o poder e que por razões ideológicas ou ambições pessoais relutariam em entregá-lo.

Na verdade, a perspectiva de um regresso triunfante da FEB, vitoriosa, criara um sério problema para o Governo vigente. Segundo o Gen Octávio Costa, as preocupações do Governo com o retorno dos expedicionários surgiram antes do envio da FEB à Itália, como se pode observar nesta citação:

"Conta-se até que, profundamente preocupado com a iminente tomada de decisão de envio de uma Força Expedicionária à luta na Europa, teria Vargas procurado o conselho de sagaz General de sua intimidade e confiança. Como à pergunta se seguisse prolongado silêncio, Vargas renovou a questão em termos incisivos: "Afinal, o que pensa você da ida de uma força militar? Ao que ouviu este primor da clarividente e maliciosa advertência: "Eu não estou pensando na ida, estou pensando na volta".<sup>7</sup>

Sobre o retorno dos Chefes Militares, diz o Gen Lyra Tavares:

"Os Chefes que regressam da guerra aureolados de glórias e aclamados em delírio pelo povo —

a história da Guerra do Paraguai nos legara essa experiência —, passaram a desfrutar de um tipo de prestígio que não é apenas de natureza militar, podendo adquirir condições de líderes civis, sob o apelo ou o impulso das circunstâncias da vida nacional, da vocação política, às vezes oculta no soldado, do próprio jogo dos interesses partidários, ou das situações de crise institucional".<sup>8</sup>

No início do ano de 1945 a crise existente no quadro político brasileiro agravou-se, devido às ambições conflitantes de governantes e políticos e dos interesses partidários em jogo, onde cada facção buscava, a todo custo, o apoio das Forças Armadas. A crise, na realidade, era motivada pelo contraste ideológico em que vivia a nação: enquanto a FEB batia-se pelos ideais democráticos, o Governo conduzia o País sob o jugo do totalitarismo.

O correspondente de guerra Joel Silveira em seu livro, "As duas guerras da FEB", afirma que, a partir de fevereiro de 1945, com base numa entrevista do Dr. José Américo de Almeida, preeminente figura política e ex-candidato à sucessão legal de Vargas, "cada General da FEB passou a ser considerado pela oposição, no Brasil, peça imprescindível na grande jogada política que se iniciava". Esta entrevista foi publicada no Correio da Manhã, jornal do Rio de Janeiro, apesar da censura aos órgãos de imprensa durante a ditadura, e en-

<sup>7</sup> Trinta Anos Depois da Volta — Gen Octávio Costa, página 83.

<sup>8</sup> O Brasil de Minha Geração — Gen Lyra Tavares, página 189.

corajou numerosas outras manifestações políticas e sucessivas pressões sobre o governo.

Ao regressar da Itália, em fins de outubro de 1944, após inspecionar a FEB, o Gen Dutra, Ministro da Guerra, transmitiu ao Presidente Vargas suas impressões sobre as transformações que a guerra vinha provocando no pensamento político dos expedicionários, que já não encontravam razões que justificassem a permanência do Estado Novo.

Como conseqüência das sucessivas ponderações do Ministro pela normalização da vida política do país, surgiu o Ato Adicional Nr 9, em fevereiro de 1945, estabelecendo o prazo de 90 dias para fixação de eleição presidencial.

Antes do regresso da FEB ocorreram dois fatos igualmente marcantes para o processo de redemocratização do país: a anistia concedida aos presos políticos em abril de 1945 e o Decreto-lei Nr. 7.586, de 28 de maio, regulando o processamento das eleições fixadas para 2 de dezembro do mesmo ano.

Ao término da guerra, já sem o respaldo de grande parte das Forças Armadas para sustentar o regime político implantado à revelia da nação e temeroso de uma propalada intervenção dos expedicionários ao retornarem ao Brasil, tratou o Governo de eliminar esta última possibilidade, de forma a poder, ele próprio, conduzir o processo de reorientação da política nacional, sem que seus membros entregassem o poder.

Os termos do ato ministerial que dissolveu a FEB demonstravam esta preocupação do Governo de Getúlio Vargas.

Por que desmobilizar, imediatamente, uma Divisão cuja organização custara tanto à nação e que pelo treinamento e experiência adquirida em campanha já se ombreava às Grandes Unidades do Exército americano, reconhecido, na época, como dos mais modernos e inovador da doutrina militar? A análise dos fatos ocorridos na época conduzem a uma única razão: o receio do Governo a uma tentativa de golpe militar por parte dos Chefes Febianos. Receio este, para alguns historiadores, que não se justificava, pelo menos no que se refere à pessoa do Gen Mascarenhas de Moraes, que fora escolhido para comandar a FEB exatamente pelas suas qualidades de profissional autêntico e cidadão avesso aos envolvimentos políticos.<sup>9</sup>

Desmembradas as unidades e dissolvido o Estado-Maior da FEB, Tratou o Governo de dispersar os quadros da ativa, sobretudo os oficiais superiores, por todo este País. Logo ao regressar, no período de 24 de julho a 3 de agosto, o Gen Mascarenhas, apesar dos encargos de desmobilização sob sua responsabilidade, foi afastado do Rio de Janeiro pelo Presidente Vargas, que o designou para representá-lo na posse do Presidente do Peru, chefiando uma Delegação Diplomática.

<sup>9</sup> *O Brasil de Minha Geração* – Gen Lyra Tavares, páginas 189 e 190.

Esta verdadeira diáspora produziu, entretanto, efeitos contrários aos que pretendiam seus idealizadores. Os militares que lutaram na Itália levaram aos recantos do Brasil o espírito da FEB, que trouxera de sua participação na guerra a convicção de que o sistema político implantado em 1937, com o aval do próprio Exército, deveria ser alterado.

A 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas é deposto pelo Exército, com o respaldo de ponderáveis setores da opinião pública. Entre os generais que lideraram aquela ação, figurava o Febiano Cordeiro de Farias.

A 2 de dezembro, o Gen Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra no Governo Vargas, e, portanto, Chefe Militar responsável pela manutenção do Estado Novo, é eleito Presidente da República, pela vontade do povo, isto é, pelo voto direto.

Em discurso de agradecimento à homenagem que recebera da Assembléia Nacional Constituinte, em setembro de 1946, o Gen Mascarenhas confirma a influência do comportamento do expedicionário na nova orientação política dada ao País no pós-guerra, sem entretanto superestimá-la, como era de se esperar de sua pessoa:

"Esta preclara Assembléia, na sua incontestável sabedoria, reconhece, sem dúvida, que as vitórias e as glórias dos expedicionários brasileiros tiveram uma grande ressonância nos acontecimentos políticos, que ora culminam na constitucionalização do País".<sup>10</sup>

Sobre essa influência, assim se manifesta o Gen Lyra Tavares:

"A vitória dos aliados e, em particular, o regresso da FEB teriam que determinar, como determinaram, a mudança do regime, com a circunstância nova de estarem os comunistas com a força da anistia de abril favorecidos pelo alento que lhes trouxeram a importância adquirida pela União Soviética e a sua política expansionista, que já tinham bases fixadas no Brasil e contavam com a fidelidade incondicional de Prestes e seus adeptos, em tudo obedientes às instruções de Moscou".<sup>11</sup>

Com a Assembléia Nacional Constituinte surge o reconhecimento legal do Partido Comunista, em seguida extinto, isto em 1947, porque associara a ação legal à clandestina, para agitar e subverter a ordem. Mas, na ilegalidade, intensificou-se a ação comunista até a década de 1960, contida somente a partir da Revolução de 31 de março de 1964, liderada por preeminentes figuras da vida nacional, políticos, magistrados, jornalistas e militares como Castello Branco, Adalberto Pereira dos Santos, Cordeiro de Farias, Albuquerque Lima e outros, quase todos egressos dos quadros da Força Expedicionária Brasileira.

### Política externa

O Comando da FEB e o Governo brasileiro rejeitaram todas as insinuações para participar da

<sup>10</sup> Memórias — Marechal Mascarenhas de Moraes — página 485.

<sup>11</sup> O Brasil de Minha Geração — Gen Lyra Tavares — página 200.

ocupação de territórios dos países vencidos. Para o Gen Mascarenhas, as vitórias obtidas na Itália e a rendição das forças do Eixo marcam o término da participação da 1<sup>a</sup> DIE na guerra.

Essa decisão de antecipar o retorno da FEB trouxe consequências imediatas e a longo prazo. Abdicamos da presença das armas brasileiras nos territórios conquistados, humilhando e usurpando os derrotados, ato que julgávamos infame e, como consequência, fomos aliados e injustiçados na reparação dos prejuízos que a guerra nos causou. Não fomos sequer convidados para participar da Conferência dos Aliados, em Paris, em 1945.

Uma missão diplomática na Alemanha, no pós-guerra, tratou tão somente de repatriar os brasileiros que assim o desejassesem e de abrir as portas da nação para os europeus desempregados e refugiados, apesar da falta de infra-estrutura no país para recebê-los.

Em compensação, investímos no futuro.

Nossa atual política externa, isenta de interesses expansionistas e defendendo sempre a autodeterminação dos povos, é respeitada e acatada por todas as nações.

## CAMPO ECONÔMICO

Neste campo os problemas surgidos com o regresso e desmobilização da FEB foram mínimos e sem maiores consequências tanto para o Exército quanto para a nação. A antecipação do retorno da Força Expedicionária, após re-

jeitada a hipótese de ocupação territorial dos países vencidos, evitou novos gastos que por certo iriam onerar os cofres públicos.

Durante a fase da mobilização nacional, as medidas tomadas pelo Governo, na área de siderurgia, objetivando a expansão do parque industrial, de modo a permitir a fabricação de munição, armamento e equipamento para as Forças Armadas, muito contribuíram para o desenvolvimento do Brasil. Na realidade era este País, antes da guerra, totalmente carente de uma indústria bélica, o que ficou comprovado pela necessidade de receber dos Estados Unidos, através de um acordo com base na Lei de Arrendamentos e Empréstimos, quase todo material que utilizaria em combate. Terminado o conflito armado, não haveria, portanto, necessidade de reconversão industrial ou de cancelamento de contratos de produção de meios de guerra, mesmo porque o Exército americano, antes do regresso da FEB, havia subtraído desta Força todo e qualquer material arrendado ou emprestado.

A Segunda Guerra Mundial desarticulou a produção agrícola com a mobilização militar e com o deslocamento de trabalhadores agrícolas para as indústrias extractivas de materiais estratégicos.

Desmobilizada a FEB, era de se esperar que a força de trabalho disponível pelo licenciamento fosse utilizada para reparar a escassez de mão-de-obra em alguns setores da economia, provocada pela mobilização. Tal não ocorreu, porque a reintegração dos trabalhadores às

atividades de paz não foi planejada, isto acarretando problemas, cujos reflexos se fizeram sentir particularmente no campo psicosocial, como veremos a seguir.

## CAMPO PSICOSSOCIAL

Dissolvida a FEB, dois problemas surgiram e se destacaram pelas consequências que produziram a longo prazo: o da readaptação do homem à vida civil e o do amparo aos ex-combatentes. A readaptação à vida civil é uma tarefa árdua, que requer um preparo adequado e cujo sucesso depende, sobretudo, da criação de um clima interno, favorável à reintegração do homem. Nos Estados Unidos, por exemplo, a sociedade, devidamente conscientizada, permitiu que esta tarefa fosse bem conduzida, de tal modo que os setores públicos e privados disputavam o concurso dos seus ex-combatentes.

No Brasil, entretanto, o processo de reintegração foi bastante dificultado. Quando do regresso da FEB, grande parte do efetivo que desembarcava já se encontrava licenciado. Os pracinhas, em sua maioria, já haviam recebido os certificados provisórios e, sem qualquer vínculo com o Exército, preocuparam-se em fugir, desligar-se totalmente de tudo quanto para eles se relacionasse com a guerra. Muitos chegaram a abandonar os quartéis sem os documentos e uma orientação segura de como deveriam proceder para receber do Estado o amparo que lhes era devido. Na verdade, não tinham consciência de que a readaptação seria

extremamente difícil para a maioria e não podiam supor que a sociedade, despreparada para aceitá-los, se constituiria em outro cruel inimigo. Assim expressou-se um expedicionário que tivemos a oportunidade de entrevistar:

"A grande maioria era muito jovem, na faixa dos 20 anos. Não foram poucos os que desprezaram a oportunidade de continuar no Exército. Com dinheiro no bolso e fisicamente bem, lançaram-se em diversas aventuras. Mas o dinheiro acabou e então, desempregados, prosseguiram com a violência, sob variadas formas, e incapazes de retornar à vida normal".

Arranjar um novo emprego ou ser readmitido era praticamente impossível, pois eram vistos, pela sociedade, como portadores de neurose de guerra. Muitos, ainda hoje, sofrem os efeitos de um desajustamento social. Vários ex-combatentes, mais esclarecidos, conseguiram retornar aos seus afazeres. Progrediram e até mesmo lograram posições de destaque no seio da sociedade. Alguns tornaram-se eminentes homens públicos. Nem por isso deixaram de ter seus momentos difíceis, na busca da total reintegração.

No que se refere à recuperação dos incapazes, o Governo organizou a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (CRIFA),<sup>12</sup> que tinha por missão,

<sup>12</sup> Os membros da CRIFA eram os seguintes: Dr. Nelson Barros de Vasconcelos (Presidente); Ten Cel Luiz Belmonte Montojos (representante da Aeronáutica); Cap Raul Clemente do Rego Barros (do Ministério da Guerra); Jair Negrão de Lima (da LBA); Prof. Lourenço Filho (do DASP).

após o tratamento e alta pelo Hospital do Exército, examinar a aptidão do ex-combatente e encaminhá-lo à uma profissão útil a si próprio e à coletividade.

Poucos, entretanto, foram os ex-combatentes que se interessaram pelos estudos readaptativos. Até o início da década de 1960, de 500 homens assistidos pela CRIFA, cerca de duas dezenas conseguiram readaptar-se à vida civil.<sup>13</sup>

Outro fato que dificultou e ainda dificulta o atendimento satisfatório dos expedicionários é o excesso de burocratização das nossas repartições públicas, o que é motivo de queixas dos amparados e de inúmeras censuras aos poderes públicos. O General Raul da Cruz Lima Junior, Febiano, assim descreve a difícil caminhada dos expedicionários no pós-guerra:

"As neuroses de guerra tiveram as manifestações mais extravagantes em grau, maior ou menor, naqueles organismos que sofreram, diretamente, os horrores da guerra. Com o passar do tempo, todavia, as marcas foram desaparecendo e a vida se normalizando.

Uma pequena parcela foi para os hospitais psiquiátricos. Outros, após uma temporada em hospitais, foram devolvidos à vida comum, porém em estado precário. Não obstante as medidas tomadas, a sociedade brasileira não teve condições de absorver estes homens e não é surpresa encontrar ainda um

pracinha perambulando pelas ruas, como o filho esquecido pela Pátria".<sup>14</sup>

Quanto ao amparo dos ex-combatentes, somente em janeiro de 1946, cerca de 6 meses após o regresso da FEB, tratou o Governo de assinar os Decretos e Leis que regulassem os direitos dos expedicionários e dos seus herdeiros.

A Lei Nr 8794, de 23 de janeiro de 1946, amparou os herdeiros dos falecidos na Itália ou dos que viessem a falecer, posteriormente, em consequência de ferimentos ou moléstias adquiridas em campanha. A Lei Nr 8795, também de 23 de janeiro de 1946, regulamentou as vantagens a que tinham direito os ex-combatentes inválidos e incapazes. Com a Lei Nr 2579, de 23 de agosto de 1956, estas vantagens foram estendidas aos julgados inválidos por doença ou ferimentos contraídos depois da guerra.

Em junho de 1948, outra lei, de Nr 288, promovia o ex-combatente ainda na ativa, porém no ato de transferência para a reserva, com todos os vencimentos correspondentes ao novo posto ou graduação.

Outras leis se seguiram e todas com o objetivo de aperfeiçoar as primeiras e corrigir injustiças. Além dessas recompensas, concederam-se e continuam sendo concedidas bolsas de estudo aos filhos dos expedicionários, por intermédio da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, entidade com

<sup>13</sup> O Brasil na II Grande Guerra — Ten Cel Manoel Thomaz Castello Branco — página 541.

<sup>14</sup> Quebra Canele — Gen Raul da Cruz Lima Júnior — página 203.

seções em diversos Estados, que defende e reivindica os direitos e interesses dos associados.

As discussões em torno das reivindicações dos expedicionários colocaram em risco o equilíbrio disciplinar do Exército, isto porque muitos políticos e parlamentares procuraram angariar apoio no meio militar à custa dos objetivos das leis de amparo em vigor ou das que seriam promulgadas.

Durante uma seção em homenagem à Força Expedicionária, na Assembléia Nacional Constituinte, em 1946, o Deputado do Partido Comunista Claudino José da Silva procurou, em seu discurso, atrair a simpatia de militares, criticando de forma veemente o abandono a que estavam entregues os pracinhas e suas famílias, o estado precário do Hospital Central do Exército, sem medicamentos e condições de assistir aos inválidos e, finalmente, lendo um programa de reivindicações dos expedicionários.<sup>15</sup>

Esta e outras manifestações, além dos debates nos bastidores da Assembléia, provocaram dissensões dentro do Exército a respeito dos méritos e abrangências das leis e exigências do ex-combatentes desamparados. Como conseqüência, surgiram leis que, generosamente, estenderam benefícios não somente aos que combateram na Itália mas a todos os militares que, servindo em Unidades sediadas na Zona de Guerra, haviam cumprido missões de patrulhamento e vigilância do litoral.

<sup>15</sup> Anais da Assembléia Constituinte — páginas 207 e 208.

Atualmente, encontra-se em trânsito no Congresso outra justa reivindicação dos veteranos da FEB, qual seja, a aposentadoria imediata, completados os 60 anos, sem necessidade de inspeção de saúde.

### Campo militar

Para uma melhor compreensão dos problemas surgidos no campo militar, particularmente o do material, é necessário recordar dois fatos anteriores ao regresso da FEB. Durante a fase de mobilização sentiu-se a fragilidade das Forças Armadas brasileiras em equipamento e material de guerra, além da inexistência, no País, de uma indústria bélica capaz de atender às necessidades do organismo militar.

Para organizar a 1ª Divisão Expedicionária, o Governo brasileiro recorreu à Lei de Arrendamentos e Empréstimos ("Lend and Lease"), através da qual os Estados Unidos equipavam os exércitos dos países que desejasse combater o nazi-fascismo. O Exército brasileiro recebeu por conta do acordo carros de combate, material de artilharia de costa, anti-aérea e campanha, carros M8, lança-rojões, morteiros, canhões anticarro, enfim, grande parte do armamento e equipamento de uma Divisão Blindada e de uma Divisão Motorizada.

Além disso, construíram-se quartéis e estabelecimentos para abrigar os novos efetivos. Foram igualmente construídas bases aéreas no Norte e Nordeste, Arsenal de Marinha e outras instalações

militares necessárias à defesa do litoral.

Segundo o Ten Cel Manoel Thomaz Castello Branco, o Brasil havia debitado, até 1954, cerca de Cr\$ 6.498.000.000 na conta do "Lend and Lease".<sup>16</sup> Por essa lei, a ajuda cessaria quando terminasse a participação do Brasil na guerra e todo o material alugado ou emprestado seria restituído aos EUA.

O outro fato importante foi a rendição da 148ª Divisão Alemã à FEB, em 30 de abril de 1945, nos campos da Itália. Naquela data, a Divisão brasileira, com seus próprios meios e empreendendo uma manobra de cerco das mais ousadas, fez cerca de 21 mil prisioneiros e apreendeu copioso material bélico.

## CONSEQUÊNCIAS NO CAMPO MILITAR

A desmobilização, no campo militar, é bastante complexa e envolve inúmeras ações que poderão caracterizá-la como total ou parcial, dependendo, em última análise, do poder militar a ser mantido após a guerra. Ao ser a FEB desmobilizada, algumas dessas ações, por não terem sido convenientemente planejadas, criaram problemas para o Exército e para a Nação.

A oportunidade de uso da FEB como núcleo de treinamento e reorganização do Exército foi irre-

mediavelmente perdida. A reestruturação que se iniciou a partir de 1946, adotando a Divisão como Grande Unidade básica de combate, não se beneficiou da experiência da DIE como arcabouço da nova organização.

O licenciamento, uma atividade aparentemente simples, foi bastante prejudicado não só pela rapidez com que se processou, pois os efetivos foram licenciados no prazo de 15 dias e as praças já regresavam com os certificados provisórios em mãos, como pelo desinteresse de muitos expedicionários que, inclusive, chegaram a abandonar os quartéis, abdicando da possibilidade de permanecer nas fileiras do Exército.<sup>17</sup>

Como consequência, perdeu-se a oportunidade de cooperar no campo econômico com a força de trabalho disponível pelo licenciamento, a assistência aos ex-combatentes no pós-guerra tornou-se uma tarefa penosa e o Exército viu escapar a oportunidade de manter nos seus quadros inúmeros e valiosos especialistas.

Outro problema foi, sem dúvida, o do material de guerra. Sem complacência e com base no "Lend and Lease", os americanos recolheram todo o material da FEB. Sobre isto, assim relata o Marechal Floriano de Lima Brayner:

"Ex-abrupto é expedida a ordem de recolhimento de todo o material em poder da nossa tropa: equipamentos, armamentos, mate-

<sup>16</sup> O Brasil na II Grande Guerra — Ten Cel Manoel Thomaz Castello Branco — página 81.

<sup>17</sup> Os certificados foram impressos na Tipografia A. Macchi & C. em Milão, na Itália.

rial não necessário ao novo estacionamento, e viaturas, tendo em vista o próximo embarque para o Brasil. Era assim que os americanos agiam. As reações no seio da tropa foram as mais diversas. Para uns, tratava-se de uma verdadeira castração de uma GU que ainda sentia perpassar entre as suas fileiras o vento ululante da vitória, largamente documentada pela existência de 21 mil prisioneiros inimigos. Essas armas, esses equipamentos, essas possantes viaturas, que foram fiéis companheiros e testemunhas dos momentos cruciais e das páginas gloriosas que a FEB escreveu, faziam corpo e alma de nossos combatentes.<sup>18</sup>

Ao findar a guerra, a solução encontrada nos meios diplomáticos do Brasil e EUA para permanecer em vigor o acordo firmado pelo "Lend and Lease" foi a declaração de guerra ao Japão, através do Decreto Nr 18.811, de 6 de junho de 1945, assinado pelo Governo brasileiro. Mesmo assim, nenhum material foi restituído ao Exército brasileiro.

Quanto ao material que regressou, os homens que estavam adestrados no seu manuseio e conscientes da necessidade de lhes dar manutenção haviam sido parcialmente desmobilizados.

Do material de guerra conquistado pela FEB, quando da rendição da 148<sup>a</sup> Divisão Alemã, que entregou canhões, metralhadoras, fuzis, 4 mil cavalos e cerca de mil viaturas, foi tudo repassado,

por ordem do Comando do IV Corpo de Exército, a quem a 1<sup>a</sup> DIE era subordinada, ao 371º Regimento americano, sob a alegação de que tal material pertencia às Nações Unidas, a despeito do Gen Mascarenhas ter recebido ordens do Ministro da Guerra, Gen Dutra, para retornar com o mesmo.

Ao término da guerra não tínhamos, na verdade, um estoque de mobilização, embora o armamento comprado fizesse do nosso Exército o mais bem equipado da América do Sul. Nossa indústria bélica dava os primeiros passos, graças ao crescimento do parque siderúrgico, mas faltava ao País, sobretudo, a tecnologia para fabricar modernos armamentos e equipamentos. No período de pós-guerra o Brasil continuou adquirindo armas no exterior e ao mesmo tempo expandindo a produção nacional, com maior participação do empresariado civil.

A presença do Brasil na guerra mostrara aos expedicionários o quanto tinha o país de subdesenvolvido: dependência total dos EUA para organizar e equipar uma Divisão, falta de infra-estrutura para suprir a 1<sup>a</sup> DIE no TO da Itália e mobilizar outra GU, e incapacidade de se planejar em todos os níveis e expressões do poder nacional. Ao regressarem, os Chefes Febianos e todos os ex-combatentes que se projetaram no seio do Exército e da Sociedade muito contribuíram com suas novas idéias para o empreendimento de produção de armas e outros equipamentos de guerra no País.

<sup>18</sup> A Verdade Sobre a FEB – Marechal Floriano de Lima Brayner – página 512.

Para alguns historiadores, como o Gen Lyra Tavares, a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), por inspiração dos veteranos da FEB, possibilitou o relacionamento mais estreito entre as elites civis e militares, através do estudo conjunto dos problemas nacionais, com grande influência na produção de material bélico.

A diáspora levada a efeito com os oficiais e praças dos quadros da ativa, pelas razões já citadas no campo político, teve seus efeitos negativos. Surgiu uma dicotomia no pensamento militar, no que se refere à disciplina. Os Febianos haviam forjado, no decorrer da campanha, novos padrões de subordinação, mais humanos e corteses, e que muito contribuiriam para aproximar o soldado do oficial. Porém, pela falta de compreensão por parte da tropa nos novos valores, cometiam-se exageros, como confundir liberdade com licenciosidade e urbanidade com fraqueza, com prejuízos para o estado disciplinar do Exército. Apesar disso, prevaleceu o pensamento febiano, o que decretou o fim da disciplina do medo. Perdeu-se a oportunidade da imediata introdução, nas Escolas de Aperfeiçoamento e Formação, dos ensinamentos colhidos na Itália.

Sobre o aproveitamento dos quadros na difusão dos conhecimentos adquiridos em campanha, um dos problemas decorrentes da desmobilização, e cujos reflexos se fizeram sentir por longo prazo, transcrevemos o relato do Ten Cel Manoel Thomaz Castello Branco, Febiano e historiador:

"Muitos colaboraram neste sentido, seja através de simples depoimentos pessoais, da publicação de preciosas obras ou de palestras e conferências nas Escolas. Todavia, faltaram a esses trabalhos de caráter histórico a concatenação e o sentido de conjunto, indispensáveis à reconstituição do todo e da verdade, perdendo-se numerosos e preciosos depoimentos de oficiais e praças, que muito teriam a relatar."<sup>19</sup>

Dez anos após o regresso da FEB, o Gen Humberto de Alencar Castello Branco, ex-Oficial de Operações da Divisão brasileira, solicitava que as lições da guerra fossem divulgadas e aplicadas.<sup>20</sup>

A participação do Brasil na guerra trouxe ensinamentos, muitos dos quais deixaram de ser relatados após o regresso e desmobilização da FEB. A tarefa de colher estes ensinamentos ficou afeta aos historiadores, aos cursistas da ESG, aos Oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e a outros militares e civis, através de um trabalho hercúleo e incessante.

## CONCLUSÃO

### REGRESSO DA FEB

Em consequência do adequado e minucioso planejamento realiza-

<sup>19</sup> *O Brasil na II Grande Guerra* — Ten Cel Manoel Thomaz Castello Branco — página 543.

<sup>20</sup> *A Verdade Sobre a FEB* — Marechal Floriano de Lima Brayner — página 525, e Marechal Castello Branco — Cel Ruas Santos — pág. 278.

do na Itália, o retorno da FEB, como um todo, transcorreu sem transtornos. A escolha da área de estacionamento em Francolise trouxe um ensinamento: a tropa deve estacionar, cessado o combate, em local que proporcione o máximo conforto ao combatente e as melhores condições para a manutenção e guarda de viaturas, equipamentos e material bélico.

O moral do Exército, à época do desembarque das tropas expedicionárias, no Rio de Janeiro, sofreu impulso considerável, pelo respeito e admiração devotados aos combatentes.

Os expedicionários retornaram com uma nova visão dos problemas do Brasil. O restabelecimento do regime democrático, o desenvolvimento do País, a reorganização do Exército, a modernização do material bélico e a evolução da doutrina militar eram, entre outras, idéias que iriam nortear o pensamento e o comportamento dos oficiais egressos dos quadros da Força Expedicionária, no pós-guerra.

## DESMOBILIZAÇÃO DA FEB

Ao término da guerra, o Governo brasileiro dispunha de todos os instrumentos hábeis para poder, na fase da desmobilização, atuar com oportunidade e adequabilidade, de forma a assegurar o retorno às atividades de paz, sem prejuízos para a nação. Entretanto, Getúlio Vargas assim não procedeu, uma vez que sua maior

preocupação era sustentar o regime ou, na pior das hipóteses, manter-se no poder. A dissolução da FEB foi um ato de caráter essencialmente político, cujos efeitos foram desastrosos para o aprimoramento do Exército.

Cabe ao Estado a maior responsabilidade no que concerne ao amparo das vítimas e seus herdeiros e reintegração dos homens na sociedade, para o exercício das mesmas atividades que desempenhavam quando retirados dos seus afazeres.

Para reintegrar o ex-combatente é necessário, através dos meios de comunicação social, conscientizar a sociedade quanto à importância de sua participação no processo de desmobilização. É preciso que se crie um clima de colaboração e compreensão, sem preconceitos ou repúdios às doenças e mutilações de guerra.

É evidente que o retorno às atividades de paz não significa, simplesmente, a volta às condições anteriores à execução da mobilização, pois a guerra sempre traz consequências irreversíveis. Porém, é indispensável um preparo adequado da atividade de reconversão, para que os milhares de seres humanos condicionados para matar possam ser convertidos a tempo e sem grandes prejuízos para a nação, em cidadãos pacíficos e prontos para novas e significantes realizações.

Se o Governo tivesse encarado a questão da desmobilização como um todo, à luz dos conceitos, a

exemplo dos aliados, em tempo oportuno e sem injunções políticas, os prejuízos teriam sido bem menores, particularmente para os ex-combatentes. A desmobilização militar foi total, quando, na realidade, não tinha a força terrestre um poder compatível com as novas hipóteses de guerra.

A indiferença pelas lições da guerra, motivada pela açodada dissolução da FEB e diáspora levada a efeito com os oficiais e núcleo base, provocou o desperdício de inúmeros valores que muito teriam contribuído para a evolução da doutrina militar. No pós-guerra, o Exército Brasileiro ficou na dependência de muitos ensinamentos que seriam difundidos em manuais e regulamentos pelos aliados.

Da análise da desmobilização da FEB concluímos que o conceito de reconversão deve ser ampliado, de forma a integrar um amplo e complexo conjunto de atividades inerentes a todas as expressões do Poder Nacional.

Ressaltam algumas ações que a desmobilização, no Campo Militar, deve conter:

- Redução gradativa do poder militar de acordo com as necessidades do pós-guerra;
- Reajustamento da indústria militar a um nível compatível com os novos objetivos estratégicos.
- Aproveitamento do material excedente e capturado;
- Cooperação com o Campo Econômico, na utilização da força de trabalho disponível pelo licenciamento;

— Assistência aos ex-combatentes e seus herdeiros;

— Aproveitamento, imediato, das lições da guerra que possam contribuir para a evolução da doutrina militar.

Como disse Sir Stafford Cripps "O Dia D da Paz requer tanto preparo quanto o Dia D da Guerra".

## BIBLIOGRAFIA

1. BRANCO, Manoel Thomaz Castello — 1960. *O Brasil na II Grande Guerra*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora.
2. BRAYNER, Floriano de Lima — 1968. *A Verdade Sobre a FEB*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A.
3. CAMARGO, Aspásia — 1981. *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
4. COSTA, Octávio — 1976. *Trinta Anos Depois da Volta*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora.
5. COUTINHO, Lorival — 1956. *O General Góes Depõe*. Rio de Janeiro, Editora Coelho Branco.
6. LEITE, Mauro Renault — 1983. *Dutra: O Dever da Verdade*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
7. LIMA JÚNIOR, Raul da Cruz — 1982. *Quebra Canela*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora.
8. MORAES, Mascarenhas de — 1969. *Memórias*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora.
9. RELATÓRIO DA FEB — 1945. Rio de Janeiro, Arquivo do Exército.
10. SANTOS, Francisco Ruas — 1968 — *Marechal Castello Branco*. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército.

11. SILVA, Hélio — 1976. *Porque Depuseram Vargas*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
12. SILVEIRA, Joel — 1965. *As Duas Guerras da FEB*. Rio de Janeiro, Editora Ida-de Nova.
13. TAVARES, Aurélio de Lyra — 1976. *O Brasil de Minha Geração*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora.
14. TAVORA, Juarez — 1976. *Uma Vida e Muitas Lutas. Memórias*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora.

*O Major de Artilharia João Felipe Sampaio Barbosa é da Turma de 1958 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Tem os cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais, da EsAO, de Artilharia de Costa e Antiaérea, da EsACosAé, e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*